



A CLASSE TRABALHADORA SILENCIADA NA PANDEMIA: O CASO DOS DOCENTES NO REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA) NA BAHIA¹

Érica Vieira Souza²
Glauber Barros Alves Costa³
Ana Luiza Salgado Cunha⁴

RESUMO

Esse artigo é parte de uma pesquisa de mestrado intitulada “A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)” em desenvolvimento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos professores da rede estadual contratados pelo REDA no estado da Bahia e abordar a realidade de trabalho dos profissionais terceirizados da educação durante a pandemia do Coronavírus, utilizando, para isso, a categoria do trabalho. A metodologia consiste numa pesquisa bibliográfica e documental (BOGDAN & BILKEN, 1994), de abordagem qualitativa. Para reflexão e discussão é adotado o conceito de “precarização” do trabalho buscando o entendimento da totalidade histórica-social da temática. Para isso, têm-se por referências as obras de Antunes (2009), Marx (2004), Menezes (2020), Thomás Júnior (2005), Oliveira (2016), Silva (2018), dentre outros. O texto utiliza-se da análise do discurso (ORLANDI, 2005) para discussão dos resultados. Os dados iniciais revelam que a carreira docente é precarizada através da alienação dos seus profissionais diante da farsa do Estado que vem oferecendo empregos temporários dando a sensação de que estão se responsabilizando na oferta de empregos seguros – que nada garantem aos trabalhadores e trabalhadoras - enquanto provedor da educação pública.

Palavras-chave: Pandemia. Precarização. Professores (as). REDA. Trabalho.

ABSTRACT

This paper is part of a master's research entitled “The precariousness of teaching work in Bahia: a geographic and critical analysis for the Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)” under

¹O artigo faz parte de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO). E-mail: erica_iga@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6845-7272>.

³Doutor em Educação (UFSCAR). Professor coordenador do Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS)-UNEB/Campus VI. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO). E-mail: glauberbarros@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2964>.

⁴Pós-doutoranda e professora no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI. Doutora em Educação (UFSCAR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO). E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X>.



development at the Universidade do Estado da Bahia (UNEB). The study has the approval of the Research Ethics Committee of UNEB by CAAE nº 42178421.4.0000.0057. The objective is to analyze the working conditions of state school teachers hired by REDA in the state of Bahia and address the work reality of outsourced education professionals during the Coronavirus pandemic, using the work category. The methodology consists of a bibliographic and documentary research (BOGDAN & BILKEN, 1994), with a qualitative approach. For reflection and discussion, the concept of “precariousness” of work is adopted, seeking to understand the historical-social totality of the theme. For this, we have as references the works of Antunes (2009), Marx (2004), Menezes (2020), Thomás Júnior (2005), Oliveira (2016), Silva (2018), among others. The text uses discourse analysis (ORLANDI, 2005) to discuss the results. The initial data reveal that the teaching career is precarious due to the alienation of its professionals in the face of the falsehood of the State that has been offering temporary jobs, giving the feeling that they are taking responsibility as a provider of public education.

Keywords: Pandemic. Precariousness. Teachers (as). REDA. Work.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado intitulada “A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)” em desenvolvimento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)⁵. Sabemos da função de dominação do Estado, da “naturalização” dos mecanismos de expropriação e de preconceitos com o trabalhador professoral terceirizado e o processo de instrumentalização das relações sociais de trabalho no capitalismo, dessa forma a escolha desse tema é justificada.

Este artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos professores da rede estadual contratados pelo REDA no estado da Bahia e abordar a realidade de trabalho dos profissionais terceirizados da educação durante a pandemia do Coronavírus, para isso utiliza-se da categoria do trabalho para a análise da temática.

A metodologia consiste numa pesquisa bibliográfica e documental (BOGDAN & BILKEN, 1994), de abordagem qualitativa. Para reflexão e discussão é adotado o conceito de “precarização⁶” do trabalho buscando o entendimento da totalidade histórica-social da temática. Para isso, têm se por referências básicas as obras de Antunes (2009), Marx (2004), Menezes (2020), Thomás Júnior (2005), Oliveira (2016), Silva (2018), dentre outros.

Nesse estudo analisam-se textos que circulam nas redes sociais, a partir do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso, com ênfase nas condições de produção do

⁵ O estudo tem a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB pelo CAAE de nº 42178421.4.0000.0057

⁶ O termo precarização⁶ vem de precário⁶, precariedade, do latim “*precarius*”, que significa incerto, pode-se o ainda definir como escasso, duvidoso, instável, insuficiente, carência, ou fragilidade do trabalho. In: ORIGEM DA PALAVRA. **Etimologia de algumas palavras**. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-de-algumas-palavras-5/>>. Acesso em 15/04/2020 as 10h05 min.



discurso (CP) que segundo Orlandi (2005) as condições de produção vão compreender os sujeitos e a situação, sendo a memória parte do discurso. “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesmo de todo dizer, é fundamental para se compreender o fundamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia (ORLANDI, 2005, p.32),” o discurso é ideológico, pois é resultado de um contexto sócio histórico, que faz parte num sentido mais amplo das condições de produção.

Portanto, as condições de produção circunstanciadas nesse texto foram interpretadas pelo resgate da memória-interdiscursiva, do domínio da atualidade. Espera-se que os impactos dessa análise seja uma explanação da precarização do trabalho docente pelo contrato de trabalho REDA.

O TRABALHO DOCENTE E A PRECARIZAÇÃO

A categoria trabalho faz parte do pensamento econômico e social que a Geografia, enquanto ciência, vem utilizando para compreender a realidade determinada pelos princípios do capital. Um dos primeiros geógrafos a dar destaque à categoria trabalho foi Pierre George, ele propôs efetivamente a Geografia do trabalho. Aqui no Brasil, destacam-se inicialmente as obras de Ruy Moreira e do Antônio Thomás Júnior atualmente podem usufruir também dos trabalhos do Sócrates Menezes (2020), Ricardo Antunes (2009), dentre outros. “As categorias servem para organizar no pensamento a realidade que precisa ser explicada (MENEZES, 2020, p.160)”. Quando se fala de uma categoria está se referindo há uma forma de entendimento da realidade, ou seja, quando se fala de categoria do trabalho é um esforço de entendimento de uma realidade específica. O trabalho enquanto categoria tem em sua origem na relação homem-natureza. Porém, foi a burguesia que transformou a relação valor-trabalho, com o assalariamento.

Desta forma, o trabalho não é somente a categoria que explica a origem do valor da riqueza produzida pelo homem, ou as contradições próprias das relações capitalistas de produção, mas se coloca também como uma categoria genérica, universal, que media a relação do homem com a natureza (MENEZES, 2020, p.162).

Segundo Marx (2004) o trabalho é a fonte de toda riqueza e de toda alienação, regida por profundas contradições entre capital *versus* trabalho, pois não pode haver riqueza sem trabalho. Os (as) trabalhadores (as) vendem sua força de trabalho no mercado da oferta e da procura. Se existe muitos trabalhadores, significa mais oferta de trabalho e conseqüentemente menor valor pela oferta, segundo a lei do mercado, já pela visão social isso representa uma



desigualdade perversa fruto do processo histórico das lutas de classes. A Geografia enquanto ciência social encontra-se entre duas dualidades: a primeira trata-se da capacidade produtiva das coisas e a segunda de entender o processo de apropriação desigual das coisas. Para Menezes (2020)

O trabalho, posto como produtivo a partir da mediação homem-natureza, não produz apenas coisas novas e necessárias à vida humana, objetos e mercadorias que nos servem ou servem às trocas e ao desenvolvimento dos mercados, mas produz também o próprio homem. O ato autoprodutivo do homem pelo trabalho está relacionado a sua capacidade de produzir, genericamente, o seu ambiente, o seu espaço (p.162).

Na medida em que o ser humano trabalha e relaciona-se com a natureza, ele vai produzindo também o seu espaço e a si mesmo. Essa relação coloca o trabalho na condição de sociabilidade entre a natureza no desenvolvimento da natureza social humana (MENEZES, 2020). Atualmente, o trabalho é precarizado, sendo caracterizado pela: terceirização, subcontratação ou flexibilização. O trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, dentre as formas de precarização do trabalho docente na contemporaneidade temos a terceirização do trabalho, que segundo Thomás Júnior (2005), enquanto cresce o número de trabalhadores assalariados em bases de modalidades precárias surgem elementos como o subemprego, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, entre outros.

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso IX permite a realização de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, por período que não ultrapasse o limite máximo de dois anos. No entanto, a contratação temporária de professores vem ocorrendo exageradamente, se tornando mecanismos permanentes e não temporários, deixando de ser excepcionais e passando a ser frequentemente utilizados com os mais diversos propósitos. Os contratos dos (as) professores (as) REDA tem duração efetivamente de no máximo três anos, porém, encerrado este prazo, elabora-se um novo contrato por mais três anos, portanto, a contratação temporária de professores, que deveria ser utilizada apenas em caráter emergencial, tem se configurado em uma política permanente.

Os professores efetivos e os temporários realizam trabalhos similares, no entanto, o docente temporário (REDA), acaba vivenciando uma precarização diferenciada se comparado com os estatutários, pois vivem diante da incerteza sobre seu futuro profissional, sua remuneração e, portanto, dos seus meios de sobrevivência, numa dúvida constante quanto à continuidade de seu trabalho nas escolas em que atuam. Segundo Silva (2018)

A rotatividade dos professores temporários é muito alta, pois estes profissionais dependem de novas convocações a cada início de ano letivo, a partir das demandas da rede, para ser novamente admitido. Assim, não há uma continuidade do trabalho pedagógico nem a criação de vínculos profissionais ou institucionais, pois cada novo



ano letivo que se inicia representa uma incógnita na vida profissional do professor temporário, que não sabe em que escola irá atuar e se será recontratado. Situação esta que tem grandes chances de incidir negativamente sobre a qualidade do ensino ministrado nas redes públicas de ensino (p.223).

Os (as) docentes com contratos temporários recebem apenas as horas trabalhadas no período de seu contrato. Os (as) professores (as) temporários REDA são um potencial desempregado (a), pois, ao serem dispensados de suas funções ao final do contrato, ficam sem trabalho, e conseqüentemente sem salário, á espera de um novo edital ou recontração, pode ainda possuir qualificação, mas não encontra estabilidade financeira e emocional no setor público, além de não receberem licenças especiais decorrentes do tempo de serviço, o não reconhecimento e valorização social e a ausência de sindicalização e participação de organizações e lutas de classe.

As condições de trabalho às quais os docentes temporários são submetidos incluem desde a atuação em área distinta da sua formação profissional, a formação inadequada ou inconclusa, a grande quantidade de escolas e elevada carga horária de trabalho. Além disso, há uma forte tendência ao desenvolvimento de ocupações profissionais extras e as horas de trabalho flutuantes, levando-os a combinar várias condições de trabalho e ter vários contratos simultaneamente.

É possível afirmar que a contratação temporária dos professores em Regime Especial de Direito Administrativo para atuação na Educação Básica da rede pública estadual na Bahia emerge de um contexto mais amplo, reflete as tendências do mundo do trabalho - a reestruturação produtiva do capital, nessa conjuntura os (as) professores (as) temporários nos remetem à definição de precarização do trabalho docente, podendo ainda ser chamando de subcontratados.

Ao desvelar a precarização docente não apenas pelos baixos salários ou pelos contratos desprovidos de seguridade social, mas principalmente pelas condições e relações de trabalho que levam a desvalorização do ser professor é possível reconhecer os aspectos que afetam a organização escolar devido ao processo de flexibilização que exige um novo perfil docente, em que é determinado pelo Estado nesse contexto neoliberal. Além disso, é possível identificar as diversas frações do professorando que atua no setor público, a fim de conhecer as formas e tendências da exploração docente, essa pesquisa se direciona na expropriação do magistério público a nível estadual, por considerar os (as) professores (as) REDA vulneráveis ao sistema capitalista.

Portanto, para conhecer a exploração do trabalho docente na atualidade é preciso primeiramente compreender como se dá a organização do trabalho docente, de quantas horas



é composta a jornada, qual é o valor do salário, a forma de remuneração, quais os vínculos empregatícios e como se dá o prolongamento social desse trabalho, ou seja, é necessário conhecer o fenômeno em sua totalidade⁷. Dessa maneira procurou-se se destacar algumas tendências que vem perpetuando em relação ao vínculo do trabalho do professor. É sabido que o Estado na Bahia vem usado exageradamente de contratos REDA para preenchimento de pessoal na educação, fazendo o uso da força de trabalho fora das condições contratuais dignas e determinadas pelo estatuto dos servidores públicos.

A flexibilização do trabalho docente é resultado do modelo de sistema implantado na fábrica toyotista que se intensificou para outros setores de serviços da economia, é a forma pela qual atualmente intensificou a produtividade do trabalho diretamente ligada à inserção de novas tecnologias, maquinarias e técnicas na organização do trabalho resultando no aumento da produção e consumo, ou seja, do capital fixo e constante (MENEZES, 2007). Marx (2004) referia-se aos trabalhadores como proletariados, era essencialmente constituída pelos produtores de mais-valia, que vivenciavam as condições dadas pela subsunção real do trabalho ao capital destrutivo, a classe trabalhadora era chamada de trabalhadores alienados.

O trabalho alienado é resultado do trabalhador que “além de estar alienado do produto do seu trabalho, está também alienada da sua identidade com o semelhante (ser social), [...] (THOMÁS JÚNIOR, 2005, p.45)”. Os professores REDA são profissionais em condições instáveis, inseguras, que estão constantemente sujeitos a expulsão do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e pelo aumento do exército reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural no espaço geográfico e na total expropriação do território usado – o território do trabalho do professor. Para Thomás Júnior (2005, p.47):

[...] os trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da despossessão, no entanto a fragilidade dessa radicalidade se expressa no fato de que a partir da sua exclusão da ordem do capital, são incapazes de articular um movimento emancipatório para além do capital. Os trabalhadores desempregados afirmam a sociedade do trabalho, mesmo sendo a materialização da negação do trabalho (empregado).

Um estudo recente de Antunes (2009) define a classe do trabalhador contemporâneo como “classe que vive do trabalho”, aquele (a) que vende sua força de trabalho cujo objetivo é produzir e consumir mais valia para o processo de valorização do capital. Buscando a ampliação dessa definição para a classe dos professores, pois aparece oportuno descobrir o

⁷ É um das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento. In CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.



que é a classe trabalhadora docente REDA? Apesar da precarização dos professores serem alvo de várias pesquisas, o processo de precarização não é heterogêneo, apresentando inúmeras diferenças, assim como nos revela, Silva (2018):

A precarização perpassa pelo setor estável do professorado nas redes públicas de educação básica sob as mais diferentes nuances e perspectivas, no entanto, ela é ainda mais intensa nos estratos de trabalhadores docentes que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana dentro do espaço público, dada pelo trabalho temporário, contratos de tempo parcial, por hora, entre outros (p.213).

Os docentes da rede pública estadual da educação básica na Bahia são contratados e remunerados pelo Estado, o que resulta em grande desigualdade salarial e de condições de trabalho em relação à esfera nacional. Além de variar a capacidade de financiamento, pois o estado tem liberdade para criar e definir suas próprias carreiras e planos salariais, de acordo a Lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008) que define o piso salarial profissional nacional e as diretrizes para a carreira docente em nível nacional, por meio da Resolução CNE nº 2 de 2009 (BRASIL, 2009). As concepções de carreira e formas de remuneração, no caso específico da educação, refletem posições e interesses conflitantes, segundo Oliveira (2016) a

[...] adoção de políticas de gestão que levam em consideração o mérito pessoal, a produtividade e a responsabilização dos professores pelo seu próprio desenvolvimento profissional e defendem abertamente pagamentos diferenciados. Essa tendência, já posta em prática em algumas redes públicas no País, estão ancoradas no modelo de Nova Gestão Pública (NGP) que defendem a chamada modernização das profissões, fundamentadas nas políticas de *accountability*, em contraposição às formas tradicionais, baseadas na estabilidade, na progressão hierárquica e na valorização dos títulos e da experiência (p.126).

Além desse tipo de precarização, os docentes vêm passando pelas mais diversas formas de atuação no serviço público, com contratos temporários e trabalho de tempo parcial. A ausência de vínculos é um verdadeiro desafio para a construção de uma carreira, pois, na realidade, acabam se tornando uma instabilidade permanente. É isso que estamos presenciando hoje, no estado da Bahia, com o número de professores REDA, profissionais temporários e eventuais que são subcontratados pela secretaria de educação do estado da Bahia, esses professores estão vivenciando a precarização do trabalho, a exemplo do ensino remoto na pandemia do Covid-19, os docentes estão impelidos de vivenciarem uma vida laboral dotada de algum sentido.

A PRECARIZAÇÃO NO DISCURSO- ALGUMAS REFLEXÕES



Apresentam-se nesse trecho, duas imagens informativas retiradas das redes sociais, a primeira corresponde a uma reportagem de um jornal *online* e a segunda de um site com a petição, ambas são utilizadas para análise do discurso dos sujeitos, pois ambas trazem informações recentes das condições de trabalho dos docentes REDA na pandemia do Coronavírus no estado da Bahia. Não existe um plano de carreira para os (as) professores (as) REDA da rede estadual de ensino na Bahia, pois os docentes pelo REDA, além de receber um baixo salário, sofreram com atraso de pagamentos de salários durante a pandemia do Coronavírus⁸, como mostra a figura a seguir:

Figura 01: Professores relatam atraso de salários.

Professores do REDA na Bahia re x +

correio24horas.com.br/noticia/nid/professores-do-reda-na-bahia-relatam-atraso-no-pagamento-de-salarios/

Correio* Assine Últimas Minha Bahia Salvador Ba-Vi Sua Diversão Brasil & Mundo Só s

bahia minha bahia reda profess

bahia

Mário Bittencourt
mario.bittencourt@redabahia.com.br
15.11.2019, 17:28:00
Atualizado: 15.11.2019, 17:29:10

WhatsApp

publicidade

A Economia Azul navega em bons mares: os da Bahia.

Professores do REDA na Bahia relatam atraso no pagamento de salários

Secretaria confirma e justifica que processo é normal

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês.

Dezenas de professores que atuam no Ensino Médio da Bahia, contratados em setembro deste ano pelo Governo do Estado, via Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), se queixam de não terem recebido salários desde que foram admitidos. Eles cobram uma solução da Secretaria Estadual de Educação.

Procurada pelo CORREIO, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), que representa a categoria, informou que “soube de pelo menos três professores do REDA que estão sem receber, mas que foram contratados por agora”. O salário base de um professor REDA, na jornada de 20 horas mensais, é de R\$ 1.225.

Fonte: Site Correio. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professores-do-reda-na-bahia-relatam-atraso-no-pagamento-de-salarios/>>. Acesso em 29/06/2021.

Além disso, a reportagem do site Correio, denuncia uma triste realidade dos trabalhadores terceirizados da educação, e isso é resultado de um processo histórico que não valoriza os educadores. A classe trabalhadora do magistério, principalmente os professores

⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Portugal: Editora Almedina, 2020.



do quadro tercerizado, os REDA é alvo constante do descaso do poder público para com a educação de qualidade, ao negar o pagamento do salário base de R\$ 1. 225 reais por cerca de três meses ou mais, o Estado coloca o professor (a) na posição de alienação. Veja a figura 02, aonde se apresenta alguns trechos de uma petição que traz informações de denúncia importantes sobre o contrato de trabalho da categoria dos trabalhadores da educação precarizada no REDA.

Figura 02: Direitos para os professores em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

concurso? A equação é simples: o REDA certamente é muito menos oneroso para o Estado. As professoras e professores REDA ficam quase totalmente à margem dos direitos trabalhistas, além de receberem salários bem menores, trabalharem mais e não têm nenhuma garantia caso fiquem excedentes. Só para se ter uma ideia, atualmente um professor REDA 20 horas, precisa cumprir 16 horas de efetiva regência mais quatro horas de Atividade Complementar (AC) que deve ser realizada, obrigatoriamente, na escola. Ou seja: o professor precisa cumprir 16 horas em sala de aula, restando apenas 4 horas semanais para o trabalho extraclasse (preparar aulas, avaliações, etc) e para as discussões pedagógicas com os colegas de área. Este tempo é suficiente para um professor preparar boas aulas? Todas as escolas oferecem condições adequadas para tal? E o tempo para pesquisa fora do espaço escolar? Não é demais lembrar que um professor da educação básica não assume apenas uma disciplina, muito menos uma única turma. São várias! Como preparar várias aulas de qualidade, elaborar e corrigir avaliações, discutir questões pedagógicas e fazer pesquisa para atualizar o conhecimento em apenas 4 horas semanais? É possível garantir uma educação de qualidade nessas condições?

A carga horária do professor REDA é inconstitucional. O Art. 2, § 4 da Lei nº 11.738/2008 determina: "Na composição da jornada de trabalho [dos professores], observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos". Nesse sentido, os REDA's extrapolam o limite. Um professor concursado para 20 horas semanais cumpre 13 horas de efetiva regência mais quatro horas de AC. O salário é maior, embora também precário. Se a carga horária do professor efetivo não é a ideal, a do REDA seria cômica se não fosse trágica. Quanto menor o salário, maior a carga-horária? Além do absurdo REDA, aqui sobrevive uma prática de "estágio" em que são recrutados, via Instituto Euvaldo Lodi (IEL), graduandos em licenciaturas. Os "estagiários" assumem, sozinhos, uma sala de aula – geralmente quando professores do Estado saem de licença (médica, licença-prêmio, etc). No "estágio" de 20 horas semanais, o estudante precisa cumprir 18 horas em sala de aula. Mas o estágio não acontece como deveria. O estudante assume uma turma sem nenhum professor efetivo. No interior isso é muito frequente, basta investigar. O valor mensal pago pelo "estágio" é de 460 reais mais 60 reais de auxílio transporte. (O valor da bolsa-estágio não é ajustado há anos). Essa prática é mais uma forma de diminuir os gastos com a educação, contribuindo ainda mais para a sua precarização. O pior é que ela sobrevive há anos e ninguém faz absolutamente nada!

O Governo do Estado desrespeita, sem nenhum constrangimento, os profissionais da educação. Voltando para o REDA, uma olhada rápida em páginas das redes sociais que agrupa esses profissionais é suficiente para perceber o quanto eles estão marginalizados. Como se não bastasse, após o processo seletivo de 2015, em que parte dos aprovados ainda nem foi convocada, eles criaram uma categoria chamada REDA EMERGENCIAL, ainda mais precária. Nessa nova modalidade, o contrato é renovado mensalmente e muitos dos contratados ficam meses sem receber salário.

Em linhas gerais, todos os REDAs sofrem com variados problemas: atraso de salário; não pagamento de

Fonte: Petição Pública. Disponível em:<<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR96198>>. Acesso em 29/06/2021.

Os professores que trabalham pelo REDA é uma classe trabalhadora silenciada na pandemia do COVID-19, pois suas vozes estão no anonimato das redes sociais e nos grupos privados de *whatsapp* e *facebook*, como menciona e aponta a petição. A primeira informação imposta é de que “[...] não têm nenhuma garantia caso fiquem excedentes”, além de ficarem sem salários, os docentes REDA estão expostos à exoneração antes do término do seu contrato.

As horas destinadas as Atividades Complementares (AC) não são suficientes para um professor (a) REDA de 20 horas desenvolverem todas as atividades de seu trabalho no ambiente escolar. Além disso, as diferentes realidades das unidades de ensino exige que os docentes que trabalham pelo REDA lecionem mais de uma disciplina.



A figura 02 informa que ao ser aprovados na seleção, o (a) professor (a) pelo REDA nem sempre é convocado e se não bastasse, “[...] eles criaram uma categoria chamada REDA Emergencial”, precarizado ainda mais as condições de trabalho do professor (a), pois nesse tipo de seleção, o contrato é renovado mensalmente e muitos ficam meses sem receber. Outro dado importante, que essa imagem releva, é que, nos grupos das redes sociais desses profissionais “[...] é suficiente perceber o quanto eles estão marginalizados”. O discurso do não dito (ORLANDI, 2005) é importante aqui, pois releva que a classe trabalhadora dos docentes REDA no estado da Bahia, tem motivos para não estarem satisfeitos com a sua forma de contrato.

Segundo dados do relatório de pesquisa (CUNHA, COSTA, 2021) dos 24% de professores 6% são temporários e 18% são contratados ou CLT, então, estão incluindo nesse grupo os REDA, as respostas desses profissionais foram quantificadas no gráfico 42 que apresenta a seguinte informação:

[...] Através deste gráfico é visível se os gestores ofereceram alguma ajuda financeira ou aumento salarial durante o novo cenário do ensino remoto. Do lado direito está a legenda com as cores e os dados presentes no gráfico. Na cor azul mostra uma pequena quantidade de 4 respostas sendo 1% referido ao questionário dos professores entrevistados que responderam SIM, dizendo que teve algum incentivo de seus gestores. Na cor laranja observamos uma quantidade maior em relação ao anterior, contabilizando 682 respostas, sendo que 99% dos entrevistados responderam NÃO. Para este gráfico foi quantificado 686 respostas (CUNHA, COSTA, 2021, p.44).

Os docentes não estão recebendo apoio no trabalho remoto. A situação vem sendo levantada por Souza e Costa (2020, p.400) quando dizem que:

Os professores da Educação Básica no REDA fazem parte de uma categoria fragilizada. Nota-se que com as consequências iniciais da pandemia, não poderia ser diferente, já que existem professores preocupados com o recebimento dos rendimentos, com a renovação de contratos e até com elaboração de atividades para alunos, em aulas remotas. Aliás, o trabalho de muitos professores, durante a pandemia, está consistindo na elaboração de atividades a serem enviadas aos alunos, através de algum meio de comunicação. A flexibilização do trabalho docente está contribuindo para a exploração do trabalho do professor de Geografia na pandemia. Sem autonomia boa parte dos docentes estão sofrendo uma grande pressão psicológica, pois são pressionados a trabalharem em suas residências (*home office*).

As atividades dos (as) professores (as), no período de pandemia estão sendo através do “Ensino Remoto” a pressão da produtividade aligeirada, em casa, na pandemia, atinge a saúde



mental⁹ desses profissionais, uma vez que as tecnologias estão sendo usadas para controle do trabalho do (a) professor (a).

O período de Pandemia tem significado um tempo de mudanças que estão acompanhadas por inúmeras consequências, afetando a vida de pessoas e grupos sociais de modos diferentes, como por exemplo, os impactados entre os homens e mulheres. As mulheres são afetadas diretamente pela pandemia do novo Corona vírus por serem a grande maioria das trabalhadoras domésticas deste país, além de serem também a maioria das profissionais da área da saúde e da área da Educação, sobretudo da Educação Básica, bem como em outras atividades relacionadas a cuidados com outras pessoas. As professoras mulheres por exemplo, têm enfrentando muitos desafios. Além de atuarem no seu trabalho da docência duplicado pelas jornadas remotas, têm que conciliar com funções socialmente atribuídas aos papéis de esposa, mãe e donas de casa (AZEVEDO, PEREIRA, CUNHA, 2021, p.51).

Para Azevedo, Pereira e Cunha (2021) as mulheres professoras estão com dupla jornada de trabalho, além disso, no ensino remoto ainda tem que desempenhar a função de dona de casa, a exaustão do aumento da jornada de trabalho para o sexo feminino é com certeza um dos piores agravantes da crise pandêmica. Flávia Biroli (2016), aponta a divisão sexual do trabalho como base sobre a qual assentam-se hierarquias de gênero, colocando as mulheres em posições de desvantagem nas organizações sociais, variando entre posições alicerçadas a classe e a raça. Na pandemia, a desordem do trabalho remoto e a intensificação do trabalho doméstico aprofundam a precarização do trabalho das mulheres na sociedade como um todo, em especial aqui destacamos o trabalho docente, já precarizado e instável, ao se tratar do REDA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades apresentadas são enfrentadas pelos docentes da Educação Básica. É importante ressaltar que o trabalho docente deve nesse momento, acontecer quando possível, reconhecendo os limites impostos pela pandemia do Coronavírus - Covid-19. Infere-se que a condição de trabalho dos (as) professores (as) pelo REDA se coaduna como indicadores de precarização do trabalho docente. Constata-se também que os (as) professores (as) na pandemia, estão com jornada de trabalho mais intensa e com baixos salários ou sem recebê-lo, o que vem afetando suas vidas.

⁹ BERNARDES, Adilson Toledo. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do Estado de São Paulo e adoecimento – uma análise a partir de Ourinhos –SP. In: **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial 29 maio/2015.



Entendemos, pois, que a intensificação e a precarização do trabalho docente, através de regimes de atuação como o REDA, fazem parte de um projeto de racionalidade maior, que organiza a razão do mundo sobre uma base de sustentação neoliberal que foca em um sofisticado esquema de acumulação de capital, orientação mercadológica e pouca atenção as questões sociais que atingem a grande maioria da população, acarretando em desemprego estrutural, concorrência traiçoeira e falsa meritocracia.

Portanto, observa-se que pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), a carreira docente é precarizada através da alienação dos professores diante da falsa do Estado que vem oferecendo empregos temporários dando a sensação de que estão se responsabilizando, enquanto provedor da educação pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Geiziane Oliveira de; PEREIRA, Maria Isabel da Silva; CUNHA, Ana Luiza Salgado. Os desafios de ser mulher e professora durante a pandemia da COVID-19. In: CUNHA, Ana Luiza S.; COSTA, Glauber B. A. **Relatório de Pesquisas**: os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rNRngSu1qXfdH0_cg9W9tHNzdtJilimv/view?usp=sharing>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria Alvarez, Sara do Santos e Telmo Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

CUNHA, Ana Luiza S.; COSTA, Glauber B. A. **Relatório de Pesquisas**: os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rNRngSu1qXfdH0_cg9W9tHNzdtJilimv/view?usp=sharing>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MENEZES, Sócrates. Geografia e trabalho, teoria e método. In: **Geopauta**, v.4, n.4 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 121-140, jan./jun. 2016.



ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber B. Alves. As condições de trabalho dos professores de Geografia no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) durante pandemia do Coronavírus. In: **Revista Pegada**, vol. 21, n.2. Maio-Outubro/2020.

THOMÁS JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho (reflexões preliminares)**. Revista Tamoios, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/585/631>>.